



Demonstrações Contábeis

—
2013





Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Ao longo dos últimos dez anos, tive a honra e a oportunidade de participar do processo de construção da Transpetro. Não se trata apenas de relatar desafios vencidos, metas concretizadas ou recordes batidos. A história da Transpetro revela como um grupo integrado, determinado e talentoso de trabalhadores conseguiu construir uma importante empresa de logística do Brasil. As vitórias da Companhia são conquistas do Sistema Petrobras, do governo brasileiro e do País.

O mundo mudou. E o Brasil mudou junto. Ao longo da última década, o País cresceu, modernizou-se e promoveu uma forte inclusão social. A Transpetro está firmemente inserida na missão de ajudar a construir este novo País. Nosso foco, como parte integrante do Sistema Petrobras, concentra-se em encontrar as melhores soluções logísticas – e com menores custos e mais segurança – para o gigantesco esforço que vai nos transformar num dos maiores produtores mundiais de petróleo e gás. Até 2020, vamos sair dos atuais 2 milhões para 4 milhões de barris de petróleo por dia.

Os números do nosso desempenho operacional e financeiro, não só em 2013, mas ao longo dos últimos dez anos, são o atestado de que implementamos um programa de gestão para resultados, visando a alcançar rapidamente o nosso objetivo: ajudar a prover o Brasil de um eficiente sistema logístico, capaz de transformar toda essa riqueza em mais desenvolvimento econômico e social. Mais do que isso, conseguimos comprovar que é possível realizar investimentos relevantes em infraestrutura, gerar milhares de empregos e ao mesmo tempo obter resultados que sustentem esse crescimento. A maior mudança foi na cultura da Companhia, que passou a incorporar a busca constante por melhores resultados a menores custos.

A Transpetro teve expressivos ganhos reais em produtividade. Aumentamos o nosso nível de serviços. Isso significa mais ativos em operação, expansão dos serviços que já eram prestados, bem como o desenvolvimento e a implantação de novas soluções logísticas. Todos esses fatores nos permitiram elevar o volume transportado de petróleo, gás e derivados.

Nada aconteceu por acaso. É importante destacar que entre 2003 e 2008 nos dedicamos a uma fase de preparação, planejamento e ajustes para dotar a Companhia das competências necessárias para o salto dos anos seguintes. Entre as principais medidas, podemos destacar: parcerias que nos permitiram criar e desenvolver centros de referência em tecnologia, tais como CTDUT, CREDUTO, CNCO, entre outros; criação da Diretoria de Gás Natural, face à demanda do Sistema Petrobras; conclusão de 100% do controle remoto da malha dos gasodutos; início das operações com biodiesel; e lançamento da primeira e da segunda fases do Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF) para a construção de 49 navios.

Mesmo com todas as ações de ajustes feitas nesse período (2003-2008), o lucro líquido apresentou taxa média de crescimento anual de 2,4%. O volume movimentado em nossos terminais e oleodutos cresceu, em média, 2,6%. A malha dos gasodutos operados pela Transpetro cresceu 7,7% ao ano. E mantivemos a operação de 54 navios.

Os resultados relevantes não tardaram a surgir. No horizonte de 2008 a 2013, o lucro líquido teve crescimento anual de 19,5% em média; o EBITDA cresceu, em média, 15,5% ao ano; a movimentação em terminais e oleodutos aumentou em 27,5 milhões de m³ por ano, chegando a 800 milhões de m³ em 2013. Saímos de uma malha de gasodutos de 4.410 km para 7.152 km. Aumentamos a capacidade de processamento de gás natural em 32%, chegando a 19,7 milhões de m³ por dia em 2013. E operamos, ao longo do mesmo ano, 60 navios.

O resultado apresentado no balanço de 2013 demonstra um crescimento de 12% do faturamento consolidado da Transpetro, quando comparado ao exercício anterior. O lucro líquido cresceu 30,1% e o EBITDA consolidado aumentou 25,6%, também na comparação com 2012. Esse resultado foi sustentado por um crescimento de 4,3% no volume movimentado nos 48 terminais e 7.517 km de oleodutos, e na operação de 7.152 km de gasodutos e de 60 navios ao longo de 2013.

O aumento de produtividade demonstrado é resultado direto de uma gestão eficaz na utilização dos recursos, com disciplina de capital e visão de sustentabilidade. Em 2013, um dos pilares da gestão foi o Programa de Otimização de Custos Operacionais (PROCOP), implementado pelo Sistema Petrobras, que abrangeu toda a Transpetro e contribuiu para importantes mudanças na cultura de gestão dos gastos. A partir de um plano estruturado com ações específicas e modelo de governança bem definido, o Programa proporcionou uma economia superior a R\$ 230 milhões.

Quando examinamos numa perspectiva mais longa, os indicadores de desempenho são ainda mais expressivos. Desde 2003, nosso investimento consolidado cresceu, em média, 46% ao ano: partindo da realização de R\$ 34 milhões em 2003 para R\$ 1,5 bilhão em 2013, com o PROMEF e a modernização e adequação da infraestrutura de dutos, navios e terminais. No mesmo período, o faturamento aumentou 13,5% ao ano. O EBITDA, também em igual período, aumentou 15,1% ao ano e, em números absolutos, acompanhou o crescimento para sustentar os investimentos. Esse crescimento foi fundamentado pelo aumento da atividade da Transpetro, com ganhos efetivos de produtividade, ano após ano.

Os indicadores econômico-financeiros demonstram os resultados da Companhia em bases sólidas. Mas uma empresa só se desenvolve de forma sustentável quando todos os aspectos ligados à sua operação são devidamente estruturados e valorizados. Por isso, destacamos a trajetória de sucesso dos indicadores de segurança e integridade das instalações e SMS, superando metas agressivas, a cada ano. Muito mais do que uma prioridade, segurança, para a Transpetro, é um valor fundamental.

A competência da Transpetro vai além das nossas atividades de logística. Em 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a então ministra Dilma Rousseff, numa prova de visão de futuro, delegaram a nós a tarefa de gerir um plano que tinha o objetivo – para muitos, inalcançável – de fazer renascer a indústria naval brasileira em bases modernas e competitivas.

Com o mesmo espírito e com as mesmas diretrizes que já vinham norteando as nossas ações, desenvolvemos e implantamos o PROMEF. Esse programa tinha o claro propósito de encomendar no Brasil parte dos navios a serem demandados pela Petrobras para movimentar a produção de petróleo e combustíveis em nosso território.

Muitos duvidaram da viabilidade de retomar, no País, a construção de petroleiros. Mas os resultados estão aí. A nova face da indústria naval brasileira foi moldada graças à determinação de todos os empregados da Transpetro e de nossos parceiros (universidades, sindicatos patronais e de trabalhadores, governos, federações).

O PROMEF é composto por três pilares. Os dois primeiros já estão firmemente assentados: voltamos a construir navios no Brasil, com índice de nacionalização igual ou superior a 65%.

O terceiro pilar – dotar a nova indústria naval brasileira de competitividade internacional – está em pleno andamento e os resultados são animadores. Reunimos dezenas de técnicos brasileiros e também dos gigantes asiáticos do setor e estamos modernizando os processos construtivos e de gestão dos estaleiros que fornecem os navios do PROMEF. O Brasil já está no caminho para recuperar o seu lugar como um importante player do setor naval.

Em 2013, foram entregues três navios: Zumbi dos Palmares, José Alencar e Dragão do Mar. Em dezembro, 11 embarcações estavam em diferentes fases de construção. Além disso, o Promef Hidrovia chegou ao fim do ano com três comboios em construção. Para 2014, a previsão é entregar 5 navios e 3 comboios hidroviários. Há décadas a indústria naval não vivia uma fase tão movimentada por encomendas, construções e entregas.

Para mim, é uma honra informar o desempenho da Transpetro de 2013. Antes de tudo, por atestar a capacidade técnica e de administração da nossa força de trabalho, que vem se esforçando na busca da excelência dos serviços prestados à Petrobras e à população brasileira. Os resultados de 2013 e os números consolidados desde 2003 comprovam que cumprimos a missão que nos foi delegada pelo Sistema Petrobras: conseguimos unir desenvolvimento e resultados em um modelo vencedor de gestão.

Nós, da Transpetro, temos plena consciência do momento histórico que o Brasil vive. E continuaremos participando ativamente desse processo de transformação do País, que caminha para desempenhar, cada vez mais, um papel de destaque entre as grandes nações do mundo.

Sergio Machado
Presidente da Transpetro

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012			2013	2012		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	774.583	457.009	1.136.884	634.425	Financiamentos	27	96.445	45.827	96.445	45.827
Contas a receber	8	8.306	19.820	8.306	19.820	Fornecedores		281.128	253.151	282.483	266.676
Contas a receber de partes relacionadas	8 e 9	866.769	736.148	809.321	709.359	Contas a pagar a partes relacionadas	9	188.602	151.769	260.624	163.848
Adiantamento a fornecedores		10.420	12.934	17.836	18.523	Impostos e contribuições sociais a recolher	14	147.754	124.163	148.884	127.373
Sinistros avisados		3.106	36.630	4.681	40.279	Provisão para imposto de renda e contribuição social		–	41.951	–	41.951
Estoques		42.104	30.446	42.104	30.446	Dividendos e juros sobre capital próprio	18	185.854	164.721	185.854	164.721
Impostos a recuperar	10	159.703	38.168	159.840	38.414	Salários, benefícios e encargos sociais a recolher		68.960	23.854	69.010	23.871
Despesas antecipadas		4.274	1.836	44.363	31.708	Provisão para participação de empregados sobre o resultado	21	69.721	64.467	69.721	64.467
Outros ativos circulantes		64.516	34.240	64.986	34.240	Demais contas e despesas a pagar		19.614	15.539	19.614	15.539
		1.933.781	1.367.231	2.288.321	1.557.214	Receitas a apropriar		826	2.473	826	2.473
Ativos destinados à alienação	13	15.224	–	15.224	–			1.058.904	887.915	1.133.462	916.746
		1.949.005	1.367.231	2.303.545	1.557.214	Não circulante					
Não circulante						Financiamentos	27	2.129.102	1.384.249	2.129.102	1.384.249
Realizável a longo prazo						Impostos e contribuições sociais diferidos	11	17.843	5.024	17.843	5.024
Títulos e valores mobiliários	7	43.048	52.068	43.048	52.068	Provisão para contingências	15	16.184	21.844	16.184	21.844
Adiantamento para futuro aumento de capital	9 e 17	–	265.806	–	–	Receitas a apropriar		7.419	2.069	7.419	2.069
Sinistros avisados		29.495	–	29.495	–	Passivo atuarial	16	47.632	29.230	47.632	29.230
Adiantamento a fornecedores		136.574	93.974	136.574	93.974			2.218.180	1.442.416	2.218.180	1.442.416
Depósitos judiciais	15	71.193	40.974	71.193	40.974	Patrimônio líquido					
		280.310	452.822	280.310	187.016	Capital social realizado	18	3.202.960	2.946.300	3.202.960	2.946.300
Investimentos	12	663.863	239.466	–	–	Reserva de capital	18	5.792	5.792	5.792	5.792
Imobilizado	13 e 27	5.208.450	4.162.484	5.592.331	4.506.603	Reservas de lucros	18	1.501.313	953.018	1.501.313	953.018
Intangível		7.882	14.096	7.882	14.097	Ajustes de avaliação patrimonial	18	122.361	658	122.361	658
		5.880.195	4.416.046	5.600.213	4.520.700			4.832.426	3.905.768	4.832.426	3.905.768
Total do ativo		8.109.510	6.236.099	8.184.068	6.264.930	Total do passivo e patrimônio líquido		8.109.510	6.236.099	8.184.068	6.264.930

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Receita líquida de serviços prestados	22	5.848.852	5.342.183	6.619.901	5.905.663
Custo dos serviços prestados	23	(3.688.860)	(3.478.741)	(4.380.584)	(3.983.155)
Lucro bruto		2.159.992	1.863.442	2.239.317	1.922.508
Despesas operacionais					
Vendas	23	(32.080)	(30.535)	(32.080)	(30.535)
Gerais e administrativas					
De administração	23	(786.083)	(713.064)	(789.897)	(715.259)
De honorários da Diretoria e do Conselho de Administração	26	(8.475)	(7.509)	(8.475)	(7.509)
Tributárias		(34.489)	(30.738)	(34.488)	(30.738)
Outras despesas operacionais, líquidas	24	(24.083)	(60.432)	(24.083)	(59.572)
		(885.210)	(842.278)	(889.023)	(843.613)
Participação em controlada	12	74.879	55.244	–	–
Lucro antes do resultado financeiro		1.349.661	1.076.408	1.350.294	1.078.895
Receitas financeiras	25	56.737	62.999	57.703	63.792
Despesas financeiras	25	(82.375)	(40.967)	(82.484)	(41.002)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(1.913)	5.228	(2.327)	5.202
		(27.551)	27.260	(27.108)	27.992
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		1.322.110	1.103.668	1.323.186	1.106.887
Imposto de renda	11	(239.344)	(238.562)	(240.420)	(241.781)
Contribuição social	11	(88.991)	(90.294)	(88.991)	(90.294)
Lucro antes das participações dos empregados		993.775	774.812	993.775	774.812
Participações dos empregados	21	(69.314)	(64.166)	(69.314)	(64.166)
Lucro líquido do exercício		924.461	710.646	924.461	710.646
Lucro por ação básico e diluído - R\$	19	0,29	0,27	–	–
Quantidade de lote de mil ações ao final do exercício	18	3.202.960	2.946.300	–	–

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro líquido do exercício	924.461	710.646	924.461	710.646
Outros componentes do resultado abrangente				
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Remensuração das obrigações de benefícios pós-emprego, líquidos dos efeitos tributários (Nota 16)	36.850	–	36.850	–
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
Ajuste de conversão de investimento no exterior	84.853	16.986	84.853	16.986
Total de outros componentes do resultado abrangente	121.703	16.986	121.703	16.986
Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários	1.046.164	727.632	1.046.164	727.632

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Ministério de Minas e Energia



Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Controladora e consolidado										
	Nota	Reserva de capital			Reservas de lucros					Ajustes de avaliação patrimonial	Total
		Capital social realizado	Incentivos fiscais	Legal	Lucros a realizar	Incentivos fiscais	Dividendo adicional proposto	Retenção de lucros	Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2011		2.464.466	5.792	221.699	1.239	21.452	211.836	330.877	-	(16.328)	3.241.033
Ajuste de conversão de investimento no exterior		-	-	-	-	-	-	-	-	16.986	16.986
Aumento de capital conf. AGE de 20/08/2012:											
Integralização	18	358.920	-	-	-	-	-	-	-	-	358.920
Reserva de incentivos fiscais	18	21.452	-	-	(21.452)	-	-	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucro	18	101.462	-	-	-	-	(101.462)	-	-	-	-
Dividendos adicional proposto	18	-	-	-	-	-	(211.836)	(45.260)	-	-	(257.096)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	710.646	-	710.646
Destinação do lucro											
Reserva legal	18	-	-	35.533	-	-	-	-	(35.533)	-	-
Reserva de incentivos fiscais	18	-	-	-	16.228	-	-	-	(16.228)	-	-
Reserva de retenção de lucros	18	-	-	-	-	-	-	402.225	(402.225)	-	-
Dividendos adicional proposto	18	-	-	-	-	-	91.939	-	(91.939)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18	-	-	-	-	-	-	-	(164.721)	-	(164.721)
Saldos em 31 de dezembro de 2012		2.946.300	5.792	257.232	1.239	16.228	91.939	586.380	-	658	3.905.768
Ajuste de conversão de investimento no exterior		-	-	-	-	-	-	-	-	84.853	84.853
Remensuração passivo atuarial - Petro 2	16	-	-	-	-	-	-	-	-	36.850	36.850
Ajuste cálculo atuarial Petros 2/2012 (Nota 2.1)	2.1	-	-	-	-	-	-	-	(27.748)	-	(27.748)
Integralização de capital conf. AGE de 12 de abril 2013:											
Integralização	18	256.660	-	-	-	-	-	-	-	-	256.660
Dividendo adicional proposto 2012	18	-	-	-	-	-	(91.939)	-	-	-	(91.939)
Complemento dividendo 2012	18	-	-	-	-	-	-	(41.336)	-	-	(41.336)
Lucros líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	924.461	-	924.461
Destinação do lucro											
Reserva legal	18	-	-	46.223	-	-	-	-	(46.223)	-	-
Reserva de incentivos fiscais	18	-	-	-	17.665	-	-	-	(17.665)	-	-
Reserva de retenção de lucros	18	-	-	-	-	-	-	271.914	(271.914)	-	-
Dividendos adicional proposto	18	-	-	-	-	-	345.768	-	(345.768)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18	-	-	-	-	-	-	-	(215.143)	-	(215.143)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		3.202.960	5.792	303.455	1.239	33.893	345.768	816.958	-	122.361	4.832.426

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Atividade operacional				
Lucro líquido do exercício	924.461	710.646	924.461	710.646
Ajustes				
Participação em empresa controlada	(74.879)	(55.244)	-	-
Depreciação e amortização	276.872	243.862	325.016	280.785
Valor residual de bens baixados do permanente	(3.963)	36.864	(3.963)	36.864
Variações financeiros sobre empréstimos e financiamentos	82.779	33.606	82.779	33.606
Varição cambial sobre operações com empresas				
do sistema Petrobras	(9.086)	(35.614)	(9.086)	(35.942)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.675	1.078	1.675	1.078
Provisão para devedores duvidosos	132	1.195	132	1.195
Provisão (Reversão) para contingências	(5.660)	5.021	(5.660)	5.021
Provisão atuarial com plano de pensão	38.647	29.230	38.647	29.230
Outros ajustes	1.141	41	(12.618)	5.103
Variações nos ativos e passivos				
Redução (aumento) de contas a receber de CP e LP	5.990	(15.040)	5.990	(15.040)
Redução (aumento) de estoques	(11.658)	(20.548)	(11.658)	(20.548)
Redução (aumento) de adiantamento a fornecedores - CP	2.514	(3.438)	687	(3.424)
Redução (aumento) de outros ativos circulante	(20.795)	(18.283)	(19.195)	(19.810)
Redução (aumento) de depósitos judiciais	(30.220)	(9.254)	(30.220)	(9.254)
Redução (aumento) de despesas antecipadas	(2.440)	4.232	(12.665)	(4.917)
Aumento (redução) de fornecedores	37.064	(124.319)	24.895	(120.586)
Aumento (redução) de impostos, taxas e contribuições de CP e LP	(2.448)	102.013	(4.417)	94.617
Aumento (redução) de salários, férias e encargos	39.655	(15.071)	39.688	(15.055)
Aumento (redução) de PLR	5.254	(25.263)	5.254	(25.263)
Aumento (redução) de receita diferida	3.704	1.398	3.704	1.398
Aumento (redução) de outros passivos circulante	12.687	85.944	12.702	96.304
Aumento (redução) de outros passivos não circulante	-	(69.071)	-	(69.071)
Redução (aumento) de operações de CP e LP com emp. do sistema - contas a receber	(125.228)	(8.892)	(94.569)	7.410
Aumento (redução) de operações de CP e LP com emp. do sistema - contas a pagar	36.834	(60.301)	96.776	(59.708)
Recursos líquidos provenientes da atividade operacional	1.183.032	794.792	1.358.355	904.639
Atividade de financiamento				
Empréstimos e financiamentos de terceiros	360.000	204.688	360.000	204.688
Amortização principal - Financiamentos de terceiros	(54.462)	(5.399)	(54.462)	(5.399)
Amortização de juros de terceiros	(74.978)	(8.517)	(74.978)	(8.517)
Dividendos pagos	(49.947)	(65.759)	(49.947)	(65.759)
Recursos líquidos provenientes da atividade de financiamento	180.613	125.013	180.613	125.013
Atividade de investimento				
Aquisição de bens imobilizado	(1.107.854)	(881.194)	(1.146.657)	(957.434)
Títulos e valores mobiliários	9.020	(5.190)	9.021	(5.190)
Receita com alienação de bens	52.763	10.066	52.763	10.066
Recursos líquidos utilizados na atividade de investimento	(1.046.071)	(876.318)	(1.084.873)	(952.558)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	317.574	43.487	454.095	77.094
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	457.009	413.522	634.425	552.574
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	-	48.364	4.757
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	774.583	457.009	1.136.884	634.425
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	317.574	43.487	454.095	77.094
Informações adicionais ao fluxo de caixa				
Imposto de renda e contribuição social pagos	136.381	72.956	136.381	72.956
Transações de investimento e financiamento que não afetaram o caixa				
Dividendos capitalizados	256.660	358.920	256.660	358.920
Adiantamento para futuro aumento de capital	260.369	265.806	-	-
Ajustes líquidos - adições de imobilizado	439.533	439.533	430.327	387.855
Ajustes líquidos - baixas de imobilizado	181.963	181.963	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas				
Vendas de serviços	6.902.217	6.272.408	7.673.266	6.835.887
Outras receitas operacionais	174.927	57.876	174.927	57.876
Receitas relacionadas a construção de ativos para uso	1.362.600	1.297.273	1.394.463	1.319.338
(-) Provisão devedores duvidosos	(132)	(1.195)	(132)	(1.195)
Insumos adquiridos de terceiros				
Serviços de terceiros	(1.162.382)	(1.171.356)	(1.384.490)	(1.216.700)
Materiais consumidos	(206.443)	(310.372)	(236.761)	(357.157)
Energia, serviços de terceiros e outros	(1.912.248)	(1.690.714)	(1.951.574)	(1.776.449)
Créditos fiscais sob materiais consumidos	(6.094)	(6.158)	(6.094)	(6.158)
Créditos fiscais sob energia, serviços de terceiros e outros	(164.920)	(159.859)	(164.920)	(159.859)
Valor adicionado bruto	4.987.525	4.287.903	5.498.685	4.695.583
Retenções				
Depreciação e amortização	(276.872)	(243.862)	(325.016)	(280.785)
Valor adicionado líquido produzido pela				
Companhia	4.710.653	4.044.041	5.173.669	4.414.798
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	74.878	55.244	-	-
Receitas financeiras - receita financeira e receita de variações monetárias e cambiais	99.235	110.442	100.206	121.023
	174.113	165.686	100.206	121.023
Valor adicionado total a distribuir	4.884.766	4.209.727	5.273.875	4.535.821
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Pessoal e encargos	740.127	654.617	740.136	654.617
Participações de empregados	69.314	64.166	69.314	64.166
Honorários da diretoria e conselho				
de administração	8.475	7.509	8.475	7.509
Mão de obra adicional	461.655	432.921	462.459	432.921
Vantagens (alimentação transportes e outros)	219.251	202.627	219.822	202.927
Plano de aposentadoria e pensão	36.749	-	38.913	-
FGTS	49.139	47.267	49.139	47.267
	1.584.710	1.409.107	1.588.258	1.409.407
Entidades governamentais				
Impostos contribuições federais	1.106.639	1.006.114	1.107.715	1.006.114
Impostos contribuições estaduais	341.318	299.104	341.318	299.104
Impostos contribuições municipais	87.956	75.261	87.956	75.261
Imposto renda e contribuição social diferido	1.675	1.078	1.675	1.078
	1.537.588	1.381.557	1.538.664	1.381.557
Instituições financeiras				
Despesas financeiras e alugueis	838.007	708.417	1.222.492	1.034.211
Acionistas				
Lucros retidos	709.318	545.925	709.318	545.925
Dividendos	215.143	164.721	215.143	164.721
Resultado do exercício	924.461	710.646	924.461	710.646
Valor adicionado total distribuído	4.884.766	4.209.727	5.273.875	4.535.821

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Petrobras Transporte S.A. - Transpetro ("Companhia") foi constituída em 12 de junho de 1998, como controlada integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, e tem por objeto social as operações de transporte e armazenagem de graneis, petróleo e seus derivados e de gás em geral, por meio de dutos, terminais ou embarcações, próprias ou de terceiros, e quaisquer outros modais de transporte, incluindo rodoviário, ferroviário e multimodal; o transporte de sinais, de dados, voz e imagem associados às suas atividades fins; a construção e operação de novos dutos, terminais e embarcações, mediante associação com outras empresas, majoritária ou minoritariamente; a participação em outras sociedades controladas ou coligadas, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas. Atualmente, 99% das operações comerciais da Companhia são realizadas com as Empresas do Sistema Petrobras.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que foram mensurados pelo valor justo.

Durante o exercício, os seguintes ajustes referentes ao plano de benefício Petros 2 foram efetuados contra a conta de lucros acumulados:

Controladora e consolidado	2013
Ajustes passivo atuarial 2012 - Plano Petros 2 (Nota 16).....	35.587
Impostos diferidos - Planos Petros 2.....	(12.099)
Outros ajustes impostos diferidos.....	4.260
Total de ajustes efetuados na conta de lucros acumulados.....	27.748

Em linha com o CPC 23, a administração entende que os ajustes acima não são materiais frente às suas demonstrações contábeis, motivo pelo qual não procedeu à correção nas demonstrações contábeis do ano anterior.

Ainda para fins de comparabilidade foram efetuadas as seguintes reclassificações no balanço patrimonial da Companhia, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2012:

- Montante de R\$ 46.700 referente aos impostos diferidos ativos registrado anteriormente no grupo de Ativo não circulante para o grupo de Passivo não circulante, sendo os valores de impostos diferidos apresentados pelos saldos líquidos no balanço patrimonial da Companhia.
- Montante de R\$ 5.450 referente ao adiantamento de férias registrado anteriormente em outros ativos circulantes para a rubrica de salários, benefícios e encargos sociais a recolher no passivo circulante.

(a) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(b) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso da Petrobras Transportes S.A., as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2014.

(c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua, sendo os possíveis efeitos da revisão reconhecidos no presente exercício e em quaisquer períodos futuros que possam ser afetados.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem diferir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão elencadas abaixo:

(c.1) Contas a receber

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise da rubrica contas a receber de clientes, e de acordo com a política contábil estabelecida na nota explicativa 3 (item c).

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

(c.2) Recuperação estimada de ativos imobilizado e intangível

A Companhia revisa anualmente os ativos não financeiros, para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável. Esses ativos incluem os navios e os demais relacionados aos projetos de expansão do Programa de Modernização e Expansão da Frota - PROMEF.

A avaliação do *impairment* dos ativos imobilizado e intangível exige o uso de premissas e estimativas significativas, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento futuro, vida útil remanescente dos navios, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

A premissas utilizadas para fins de avaliação de *impairment* estão apresentadas de forma detalhada na nota explicativa 13.

(c.3) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A determinação da provisão para imposto de renda ou o registro de imposto de renda diferido ativo e passivos e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperado.

A Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para perda nos casos em que acredita que créditos fiscais não sejam totalmente recuperáveis no futuro. As informações sobre premissas e estimativas utilizadas foram apresentadas na nota explicativa 11.

(c.4) Provisão para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas e cíveis. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa 15. A Companhia constituiu provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e processos cuja probabilidade de perda é provável e o valor possa ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros, cujos resultados podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados.

(c.5) Benefícios pós-emprego

O valor atual de obrigações pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada no fim de cada exercício. Essa taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos públicos de alta qualidade, sendo estes mantidos em moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Adicionalmente, a Companhia avalia os ativos existentes para cobertura das obrigações atuariais a valor justo ao fim de cada exercício quando da preparação da sua avaliação atuarial.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa 16.

(d) Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com fornecedores, contas a receber e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).

(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no resultado abrangente e apresentadas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Instrumentos financeiros

(b.1) Reconhecimento e mensuração

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem bancos, aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, arrendamentos a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado de, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, classificado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são classificados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. Vide nota explicativa 28.

(b.2) Impairment de ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

(c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Estes valores são apresentados líquidos da respectiva provisão para devedores duvidosos, que é constituída para os valores de terceiros, vencidos há mais de 180 dias, para os quais não haja expectativa clara de recebimento.

(d) Estoques

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção das operações da companhia são apresentados ao custo médio de aquisição, que não excedem os valores de mercado e/ou de reposição.

(e) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são apresentadas ao custo, e apropriadas ao resultado na medida em que são incorridas.

(f) Demais ativos circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização, com os respectivos rendimentos e variações monetárias e cambiais, quando aplicável.

(g) Investimento em controladas

A participação em controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial, baseada no patrimônio líquido expresso em dólares norte-americanos, convertidos para reais com base nas taxas de câmbio vigentes em 31 de dezembro de 2013. Os ganhos ou perdas cambiais, que nas demonstrações consolidadas não foram eliminados, são apresentados no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial.

(h) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa 13, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, a partir da data em que os ativos encontram-se disponíveis para serem utilizados no uso pretendido.

Os ativos incluem os encargos financeiros, incorridos durante o período de construção, despesas imputáveis a aquisição e perdas por não recuperação do ativo.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício social.

Os gastos relevantes com manutenção dos ativos relevantes (ex. navios), incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados durante o período de benefícios campanha até a próxima manutenção relevante.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, no resultado, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

As Benfeitorias em Bens de Terceiros são reabilitações realizadas em bens de propriedade da Petrobras, mantidos pela Transpetro para uso na operação. Tais benfeitorias aumentam o uso do bem para campanha adicional e foram contabilizadas da seguinte forma:

- Benfeitorias cujas obras foram concluídas tiveram seus gastos contabilizados em "Benfeitoria em Bens de Terceiros".
- Benfeitorias cujas obras ainda não foram concluídas tiveram seus gastos contabilizados em "Obras em Andamento".

(i) Arrendamento mercantil

A Companhia classifica seus contratos como *leasing* financeiro ou operacional com base na substância do contrato, independentemente de sua forma. Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo.

(i.1) Arrendamento financeiro

Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. A substância econômica dos bens é reconhecida no imobilizado, com contrapartida da correspondente obrigação registrada no passivo, é depreciada pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a nota explicativa 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

(i.2) Arrendamento operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos, linearmente, como custo na demonstração de resultados pelo prazo de vigência do contrato de arrendamento.



Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

(j) Intangível

Está avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e da perda para redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo esperado para geração de benefícios à Companhia.

A Companhia apresenta, em seu ativo intangível, os gastos com licença, direito de uso e desenvolvimento de softwares.

(k) Redução ao valor recuperável (ativos não financeiros)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base pro rata.

(l) Fornecedores

As contas a pagar aos empreiteiros e fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante.

Os saldos são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(m) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

(n) Salários e encargos sociais

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

(o) Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

(p) Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

Até dezembro de 2011, os custos do patrocínio do plano de pensão da Transpetro, na modalidade de Contribuição Definida, foram equivalentes à contribuição ordinária mensal dos participantes não gerando déficits (superávits) para o plano. A partir de dezembro de 2011 a Transpetro aderiu ao Plano Petros 2 na modalidade de contribuição mista.

Plano de contribuição variável (Plano Petros 2)

Nesse plano a contribuição é definida previamente e o benefício é calculado de acordo com a reserva acumulada até a aposentadoria do participante. Foi desenvolvido com base nas últimas tendências do mercado de previdência com características mais seguras e exposto a menos riscos.

No Plano Petros 2 o benefício é desvinculado do INSS, o que significa que a renda de aposentadoria e os critérios para elegibilidade aos benefícios independem das mudanças da Previdência Oficial. A parcela deste plano com característica de benefício definido refere-se a cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo com renda vitalícia.

A renda de aposentadoria será resultante do saldo acumulado das contribuições do participante e da patrocinadora, creditadas em contas individuais em nome de cada participante. O participante ativo poderá realizar contribuições adicionais e esporádicas com o objetivo de aumentar a sua reserva individual e, consequentemente, sua renda futura de aposentadoria.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

(q) Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa.

Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

(r) Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

(s) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

Os ativos e passivos decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

(t) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia (Nota 18(c)). Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração.

9. PARTES RELACIONADAS

Os ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de operações entre a Companhia, sua Controladora (Petrobras) e demais empresas ligadas, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações, conforme instrumentos contratuais celebrados entre as partes.

	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Fronape Internacional Company	Fronape Internacional Company BV	Petrobras Distribuidora S.A. - BR	Termomacáé Energia	Demais empresas	2013	2012
Controladora								
Receitas operacionais por prestação de serviços.....	6.508.822	-	-	44.166	248.500	80	-	6.801.568
Custo dos serviços prestados								
Afretamento/arrendamento.....	(579.744)	-	-	-	-	-	-	(579.744)
Custo dos serviços prestados - Lubrificantes e outros.....	-	-	-	(18.582)	-	-	-	(18.582)
Adiantamento para futuro aumento de capital.....	-	-	-	-	-	-	-	265.806
Contas a receber, principalmente por prestação de serviços.....	779.425	5.997	51.451	4.652	19.521	7	5.716	866.769
Custo de pessoal cedido.....	(562.792)	-	-	-	-	-	-	(562.792)
Contas a pagar.....	(172.598)	-	(2.629)	(8.048)	-	(3.950)	(1.377)	(188.602)
Consolidado								
Receitas operacionais por prestação de serviços.....	7.279.871	-	-	44.166	248.500	80	-	7.572.617
Custo dos serviços prestados-Afretamento/arrendamento.....	(579.744)	-	-	-	-	-	-	(579.744)
Custo dos serviços prestados-lubrificantes e outros.....	-	-	-	(18.582)	-	-	-	(18.582)
Contas a receber, principalmente por prestação de serviços.....	779.425	-	-	4.652	19.521	7	5.715	809.321
Custo de pessoal cedido.....	(563.621)	-	-	-	-	-	-	(563.621)
Contas a pagar.....	(247.209)	-	-	(8.048)	-	(3.950)	(1.378)	(260.624)

(u) Apuração do resultado

As receitas são reconhecidas com base nos períodos em que as embarcações estão à disposição da Petrobras e nos volumes de petróleo, derivados e de gás em geral transportados, e as despesas e custos são reconhecidos quando incorridos. O resultado inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias e cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) os bens ou os serviços são entregues (ii) o valor pode ser mensurado com segurança, (iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e (iv) é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas.

4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações da Transpetro e de suas controladas integrais Fronape International Company - FIC, localizada nas Ilhas Cayman e Fronape International Company BV - FIC BV, localizada em Rotterdam na Holanda. As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas demonstrações contábeis da controladora e controlada.

O investimento na FIC e FIC BV está sendo mensurado de acordo com o método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais da controladora.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo sua natureza, complementada por:

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- (b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas.
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas.

5. NORMAS NOVAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Caixa e bancos.....	72.790	39.089	201.548	71.438
Aplicações financeiras - cotas do FIDC.....	701.793	417.919	701.793	417.920
Aplicações financeiras no exterior.....	-	-	233.543	145.067
	<u>774.583</u>	<u>457.009</u>	<u>1.136.884</u>	<u>634.425</u>

O excedente de caixa da Controladora encontra-se aplicado no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados ("FIDC-NP") do Sistema Petrobras. Este fundo de investimento, administrado pelo Itaú Unibanco, é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não "performados" de operações realizadas pelas empresas do Sistema Petrobras, e visa à otimização da gestão financeira do caixa da Petrobras e suas subsidiárias. Em 2013 a rentabilidade anual deste fundo foi de 8,05% (8,41% em 2012) equivalente a 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

As aplicações financeiras efetuadas no exterior em dólar norte-americano e euro, através da FIC - Fronape International Company e Fronape International Company BV - FIC BV, são administradas pelo Bank of America, Banco do Brasil New York e Deutsche Bank respectivamente e rentabilizaram, em média, 0,50% em 2013 (0,58% em 2012).

A Companhia classificou seus fundos de investimentos como caixa e equivalentes de caixa por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um baixo risco de perda de valor.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os valores registrados em Títulos e Valores Mobiliários, representavam, em sua maioria, valores dados em garantia e bloqueios judiciais, tais como:

	Controladora e consolidado	
	2013	2012
Não circulante		
Bloqueios judiciais - FIDC (i).....	42.139	40.357
Depósitos para incentivos fiscais - Reinvestimento (ii).....	894	11.691
Outros.....	15	20
	<u>43.048</u>	<u>52.068</u>

(i) Bloqueio de cotas financeiras aplicadas no fundo de investimento do sistema Petrobras - FIDC (vide nota explicativa 6) para fazer face às demandas judiciais mantidas pela Companhia (nota explicativa 15).

(ii) Depósitos em garantia efetuados junto ao Banco do Nordeste e Banco da Amazônia, relativos a incentivos fiscais de reinvestimento por projetos em andamento junto a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - "SUDENE" e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - "SUDAM".

8. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Clientes				
Terceiros.....	12.757	24.139	12.757	24.139
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(4.451)	(4.319)	(4.451)	(4.319)
	<u>8.306</u>	<u>19.820</u>	<u>8.306</u>	<u>19.820</u>
Partes relacionadas (Nota 9).....	866.769	736.148	809.321	709.359
	<u>875.075</u>	<u>755.968</u>	<u>817.627</u>	<u>729.179</u>

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2013	2012
Controladora e consolidado		
Saldo em 1º de janeiro.....	(4.319)	(3.124)
Adições.....	(132)	(1.195)
Saldo em 31 de dezembro	<u>(4.451)</u>	<u>(4.319)</u>



Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora	
	2013	2012
ICMS.....	103	634
Imposto de renda e contribuição social (i).....	32.649	7.895
COFINS (i).....	50.680	3.775
PIS (i).....	9.168	965
INSS (ii).....	23.077	19.224
ISS.....	4.688	5.563
Imposto de renda e contribuição social - antecipação 2013.....	38.265	-
Outros.....	1.073	112
	<u>159.703</u>	<u>38.168</u>

(i) Os valores em 2012 de Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro, PIS e COFINS, são originários, principalmente, das retenções determinadas pela Lei nº 10.833 de 29 de dezembro de 2003, que afetam todas as receitas oriundas da Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Em 2013 foram contabilizados pela Companhia créditos tributários de PIS e COFINS decorrentes da aquisição de ativos imobilizados no montante de R\$ 29.472 e R\$ 136.995 respectivamente, os valores já foram parcialmente compensados durante o exercício.

(ii) O valor de INSS refere-se à retenção sobre os serviços prestados com cessão de mão de obra, conforme disposto, atualmente, pela IN RFB nº 971 de 13 de novembro de 2009.

Nos exercícios de 2013 e 2012, a Companhia compensou parte dos impostos a recuperar com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro a recolher, respectivamente nos montantes de R\$ 31.650 e R\$ 10.504 (R\$ 133.892 e R\$ 58.727 em 2012), apresentando os saldos líquidos das compensações em seu balanço patrimonial.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos sobre o Lucro são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Os valores credores líquidos registrados em 2013 nos montantes de R\$ 11.912 e R\$ 5.931, para Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre o Lucro, respectivamente, (R\$ 2.637 e R\$ 2.387 em 2012 respectivamente),

Segue movimentação dos impostos diferidos durante o exercício:

	Provisão contingências	Provisão devedores duvidosos	Provisão despesas de pessoal e PLR	Incentivos e benefícios fiscais	Passivo atuarial	Diferença vida útil	Leasing financeiro	Total
Saldo inicial 2011.....	5.719	1.062	38.097	507	-	(49.332)	-	(3.946)
Resultado.....	1.707	406	(16.179)	5.441	9.938	(1.119)	(1.274)	(1.078)
Saldo final 2012.....	7.427	1.468	21.919	5.948	9.938	(50.451)	(1.274)	(5.024)
Resultado.....	(1.924)	45	10.377	568	13.141	(25.156)	1.274	(1.675)
Outros resultados abrangentes.....	-	-	-	-	(18.983)	-	-	(18.983)
Outros (Nota 2.1).....	-	-	-	-	12.099	(4.260)	-	7.839
Saldo final 2013.....	<u>5.503</u>	<u>1.514</u>	<u>32.296</u>	<u>6.517</u>	<u>16.195</u>	<u>(79.867)</u>	<u>-</u>	<u>(17.843)</u>

A administração considera que os ativos e passivos diferidos decorrentes de diferenças temporárias, serão realizados na proporção da solução final das contingências e eventos.

A reconciliação dos encargos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, apurados conforme as alíquotas nominais e os valores reconhecidos nos resultados dos exercícios de 2013 e 2012 estão apresentados a seguir:

	Controladora	
	2013	2012
Lucro antes dos impostos e após a participação de empregados e administradores.....	1.256.634	1.039.502
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%).....	(427.255)	(353.430)
Juros sobre capital próprio.....	66.387	-
Adições/exclusões permanentes, líquidas.....	7.340	8.171
Incentivos fiscais.....	8.315	6.765
Benefício fiscal - Programa de Auxílio ao Trabalhador (PAT).....	-	5.430
Ajuste Petros 2 (Nota 2.1).....	(7.839)	-
Participações em Controladas.....	25.459	-
Outros.....	(743)	4.208
Despesa com formação de provisões para imposto contribuição social.....	(328.336)	(328.856)
IR e CSLL correntes.....	(326.661)	(327.778)
IR e CSLL diferidos.....	(1.675)	(1.078)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social - %.....	<u>25,99</u>	<u>31,64</u>

A despesa de impostos sobre o lucro apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas incluem também a provisão de R\$ 1.076 relativa aos impostos sobre o lucro apurado pela controlada FIC BV durante o exercício de 2013 (R\$ 3.219 em 2012).

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 que:

- Modifica a legislação tributária relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.
- Revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.
- Dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.
- Altera dispositivos da Lei nº 12.865/2013 que reabriu o parcelamento de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN (REFIS da Crise), instituído pela Lei nº 11.941/2009.

13. IMOBILIZADO

	Controladora	
	2013	2012
	Vida útil estimada em anos	
Edificações e benfeitorias.....	25	
Equipamentos e outros bens.....	5 - 10	
Benfeitorias em bens de terceiros.....	6 - 10	
Navios.....	25	
Terrenos.....		
Projetos de expansão PROMEF.....		
Reformas de tanques em andamento.....		
Outras obras em andamento.....		

Movimentação do custo

	Controladora			
	2012	Adições	Baixas (ii)	Transferências
Edificações e benfeitorias.....	31.354	-	-	-
Equipamentos e outros bens.....	403.698	20.465	(114.544)	37.599
Benfeitorias em bens de terceiros.....	829.460	8.926	(6.190)	207.076
Navios.....	1.927.284	3.597	(353.482)	394.171
Terrenos.....	12.177	-	-	12.177
Projetos de expansão PROMEF.....	1.031.178	1.002.502	(47.960)	(394.171)
Reforma de tanques em andamento.....	820.491	385.883	-	(194.314)
Outras obras em andamento.....	161.342	119.906	(684)	(50.361)
	<u>5.216.984</u>	<u>1.541.279</u>	<u>(522.860)</u>	<u>-</u>

	Controladora			
	2011	Adições	Baixas	Transferências
Edificações e benfeitorias.....	31.354	-	-	-
Equipamentos e outros bens.....	271.847	26.171	(57.263)	162.943
Benfeitorias em bens de terceiros.....	646.488	1.753	(20.788)	202.007
Navios.....	1.141.314	41.541	(106.765)	851.194
Terrenos.....	12.177	-	-	12.177
Projetos de expansão PROMEF.....	1.139.096	699.422	-	(807.340)
Reforma de tanques em andamento.....	696.385	394.390	-	(270.284)
Outras obras em andamento.....	169.276	139.594	(9.008)	(138.520)
Arrendamento de navios (Nota 17).....	583.200	-	(583.200)	-
	<u>4.691.137</u>	<u>1.302.871</u>	<u>(777.024)</u>	<u>-</u>

foram constituídos com base nas diferenças temporárias e são decorrentes de provisões para: contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias), devedores duvidosos, despesas de pessoal (reajuste e abono salarial do quadro de marítimos), participação de empregados nos lucros - PLR e diferença entre a depreciação contábil com base no CPC 27 e a fiscal com base na IN SRF 162/98. Os efeitos destes impostos foram integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ativo não circulante				
Provisão para contingências.....	16.184	21.844	16.184	21.844
Provisão para devedores duvidosos.....	4.451	4.319	4.451	4.319
Provisão para despesas de pessoal.....	25.674	-	25.674	-
Provisão para PLR.....	69.314	64.467	69.314	64.467
Provisão para perda com incentivos fiscais (i).....	5.752	5.752	5.752	5.752
Benefício Fiscal - PAT (ii).....	23.995	21.721	23.995	21.721
Passivo atuarial - plano Petros 2.....	47.632	29.230	47.632	29.230
Passivo não circulante				
Diferença depreciação - revisão de vida útil de navios.....	(191.050)	(118.461)	(191.050)	(118.461)
Diferença depreciação - revisão de vida útil de braços de carregamento de Terminais.....	(33.599)	(24.228)	(33.599)	(24.228)
Diferença depreciação - revisão de vida útil de tanques e dutovia de Suape.....	(10.254)	(5.696)	(10.254)	(5.696)
Leasing Ataulfo Cartola.....	-	(3.746)	-	(3.746)
Alíquota vigente - %.....	34	34	34	34
Impostos diferidos.....	(17.843)	(5.024)	(17.843)	(5.024)

(i) Benefícios de incentivos fiscais dedutíveis somente para fins de contribuição social.

(ii) Benefícios de incentivos fiscais dedutíveis somente para fins de imposto de renda.

Essa Medida Provisória está em processo de tramitação no Congresso Nacional, podendo sofrer modificações em seu texto quando de sua conversão em lei, ou mesmo perder a eficácia, nos termos da Constituição Federal. Existe, ainda, a necessidade de regulamentação de diversos dispositivos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Com base nas análises preliminares efetuadas, a Administração entende que não haverá impactos tributários relevantes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

12. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

A Transpetro é detentora de 100% do capital social integralizado das empresas Fronape International Company - FIC e Fronape International BV (FIC BV). Essas companhias, estão sediadas nas Ilhas Cayman e Holanda respectivamente e tem como objetivo a exploração de transporte por meio de embarcações (vide nota explicativa 17).

Segue abaixo as informações sobre as controladas (valores em milhares de US\$):

Controlada	% de Participação direta da Transpetro	Capital sub-criticado em 31 de dezembro de 2013 (em USD)		Patrimônio líquido (passivo a Lucro líquido)	
		2013 (em USD)	2013 (em USD)	2013	2012
Fronape International Company - FIC.....	100%	100	100	89.873	3.918
Fronape International Company - FIC BV	100%	130.075.685	130.075.685	193.515	44.997

Movimentação dos saldos

	2013	2012
No início do exercício.....	239.466	137.303
Equivalência patrimonial.....	74.879	55.244
Variação cambial em investimento no exterior (i).....	84.853	16.986
Amortização do ganho apurado na venda dos navios (ii).....	4.296	29.933
Aumento de capital (iii).....	<u>260.369</u>	<u>-</u>
No fim do exercício.....	<u>663.863</u>	<u>239.466</u>

(i) Refere-se ao ganho patrimonial apurado sobre a variação cambial, registrada em outros resultados abrangentes.

(ii) Em 2012 o saldo se refere a realização do valor residual do ganho apurado em 2009 na venda dos navios Ataulfo e Cartola Alves pela FIC Cayman para terceiros no valor de R\$ 65.724 (vide nota explicativa 17).

(iii) Em 30 de abril de 2013, o direito de uso das embarcações Ataulfo Alves e Cartola transferido pela Transpetro à FIC BV durante o exercício de 2012 a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (vide nota explicativa 17) foi convertido em capital social através da emissão de 130.074.082 novas ações. Ainda nesta mesma data, a participação de FIC Cayman no capital social de FIC BV foi reduzida em US\$ 50.023.759 passando esta a ser controlada diretamente pela Transpetro.

	Controladora				Consolidado			
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
	Depreciação		Depreciação		Depreciação		Depreciação	
	Custo	acumulada	Líquido	Líquido	Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Edificações e benfeitorias.....	31.354	(13.688)	17.666	19.003	31.354	(13.688)	17.666	19.004
Equipamentos e outros bens.....	347.218	(184.918)	162.300	183.134	369.140	(187.885)	181.255	183.134
Benfeitorias em bens de terceiros.....	1.039.272	(361.064)	678.208	590.206	1.143.562	(418.022)	725.540	614.483
Navios.....	1.971.570	(467.283)	1.504.287	1.344.953	2.332.503	(510.713)	1.821.790	1.640.604
Terrenos.....	12.177	-	12.177	12.177	12.177	-	12.177	12.177
Projetos de expansão PROMEF.....	1.591.549	-	1.591.549	1.031.178	1.591.549	-	1.591.549	1.031.158
Reformas de tanques em andamento.....	1.012.060	-	1.012.060	820.491	1.012.060	-	1.012.060	820.492
	<u>230.203</u>	<u>-</u>	<u>230.203</u>	<u>161.342</u>	<u>230.294</u>	<u>-</u>	<u>230.294</u>	<u>185.551</u>
	<u>6.235.403</u>	<u>(1.026.953)</u>	<u>5.208.450</u>	<u>4.162.484</u>	<u>6.722.639</u>	<u>(1.130.308)</u>	<u>5.592.331</u>	<u>4.506.603</u>

	Controladora				Consolidado			
	2012	Adições	Baixas	Transferências (i)	2012	Adições	Baixas	Transferências (i)
Edificações e benfeitorias.....	31.353	-	-	-	31.353	-	-	-
Equipamentos e outros bens.....	403.698	29.102	(114.544)	50.884	403.698	29.102	(114.544)	50.884
Benfeitorias em bens de terceiros.....	891.667	22.604	(18.284)	247.575	891.667	22.604	(18.284)	247.575
Navios.....	2.242.134	49.680	(353.482)	394.171	2.242.134	49.680	(353.482)	394.171
Terrenos.....	12.177	-	-	12.177	12.177	-	-	12.177
Projetos de expansão PROMEF.....	1.031.158	1.002.502	(47.960)	(394.171)	1.031.158	1.002.502	(47.960)	(394.171)
Reforma de tanques em andamento.....	820.492	385.883	-	(194.315)	820.492	385.883	-	(194.315)
Outras obras em andamento.....	185.551	149.854	(684)	(104.406)	185.551	149.854	(684)	(104.406)
	<u>5.618.230</u>	<u>1.639.625</u>	<u>(534.954)</u>	<u>(262)</u>	<u>5.618.230</u>	<u>1.639.625</u>	<u>(534.954)</u>	<u>(262)</u>

	Controladora				Consolidado			
	2011	Adições	Baixas	Transferências	2011	Adições	Baixas	Transferências
Edificações e benfeitorias.....	31.353	-	-	-	31.353	-	-	-
Equipamentos e outros bens.....	271.847	26.171	(57.263)	162.943	271.847	26.171	(57.263)	162.943
Benfeitorias em bens de terceiros.....	698.609	6.398	(33.152)	219.812	698.609	6.398	(33.152)	219.812
Navios.....	1.141.314	79.782	(106.765)	1.127.803	1.141.314	79.782	(106.765)	1.127.803
Terrenos.....	12.177	-	-	12.177	12.177	-	-	12.177
Projetos de expansão PROMEF.....	1.139.096	699.402	-	(807.340)	1.139.096	699.402	-	(807.340)
Reforma de tanques em andamento.....	696.385	394.391	-	(270.284)	696.385	394.391	-	(270.284)
Outras obras em andamento.....	177.642	174.050	(9.007)	(157.134)	177.642	174.0		



Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

Depreciação

	Controladora			
	Movimentação			
	2012	Adições	Baixas	2013
Edificações e benfeitorias.....	(12.351)	(1.337)	-	(13.688)
Equipamentos e outros bens.....	(220.564)	(68.320)	103.966	(184.918)
Benfeitorias em bens de terceiros.....	(239.254)	(127.999)	6.189	(361.064)
Navios.....	(582.331)	(66.894)	181.942	(467.283)
	<u>(1.054.500)</u>	<u>(264.550)</u>	<u>292.097</u>	<u>(1.026.953)</u>

	Controladora			
	Movimentação			
	2011	Adições	Baixas	2012
Edificações e benfeitorias.....	(11.013)	(1.338)	-	(12.351)
Equipamentos e outros bens.....	(204.904)	(72.272)	56.612	(220.564)
Benfeitorias em bens de terceiros.....	(144.745)	(108.541)	14.032	(239.254)
Navios.....	(614.579)	(44.001)	76.249	(582.331)
Arrendamento de navios (Nota 17).....	(277.593)	(5.401)	282.994	-
	<u>(1.252.834)</u>	<u>(231.553)</u>	<u>429.887</u>	<u>(1.054.500)</u>

	Consolidado				
	Movimentação				
	2012	Adições	Baixas	Transferências (i)	2013
Edificações e benfeitorias.....	(12.350)	(1.338)	-	-	(13.688)
Equipamentos e outros bens.....	(220.564)	(71.287)	103.966	-	(187.885)
Benfeitorias em bens de terceiros.....	(277.184)	(159.385)	18.285	262	(418.022)
Navios.....	(601.529)	(91.126)	181.942	-	(510.713)
	<u>(1.111.627)</u>	<u>(323.136)</u>	<u>304.193</u>	<u>262</u>	<u>(1.130.308)</u>

	Consolidado				
	Movimentação				
	2011	Adições	Baixas	Transferências (i)	2012
Edificações e benfeitorias.....	(11.013)	(1.337)	-	-	(12.350)
Equipamentos e outros bens.....	(204.904)	(72.273)	56.613	-	(220.564)
Benfeitorias em bens de terceiros.....	(173.690)	(129.889)	26.395	-	(277.184)
Navios.....	(614.579)	(63.199)	76.249	-	(601.529)
Arrendamento de navios (Nota 17).....	(241.823)	(2.988)	-	244.811	-
	<u>(1.246.009)</u>	<u>(269.686)</u>	<u>159.257</u>	<u>244.811</u>	<u>(1.111.627)</u>

(i) Os saldos residuais apurados nas colunas de transferência no consolidado em 2012 referem-se a transferência do direito de uso das embarcações Ataulfo Alves e Cartola registradas da Transpetro para sua controlada FIC BV durante o exercício de 2012. O valor líquido apurado de R\$ 3.135 refere-se a variação cambial ocorrida na operação. Salientamos que não houve movimentação de caixa decorrente da referida transação.

(ii) Do total de baixas no custo do imobilizado apresentadas durante o exercício de 2013 na controladora e consolidado, R\$ 166.739 se referem à transferência dos créditos tributários de PIS e COFINS decorrentes da aquisição de ativos imobilizados (vide nota 6) e R\$ 15.224 referente aos navios destinados para venda reclassificados para o Grupo de Ativos Circulantes e portanto não afetaram o caixa da Companhia.

Benfeitorias em bens de terceiros

Os gastos com as reabilitações de bens arrendados da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras são de responsabilidade da Transpetro. Dessa forma, as reabilitações dos tanques, definidas e atestadas pela Gerência Geral de Engenharia, têm seus gastos capitalizados e contabilizados da seguinte forma:

- Os gastos com reabilitação de tanques, cujas conclusões ocorreram durante o exercício de 2013, foram contabilizados em "Benfeitorias em bens de terceiros", no montante de R\$ 194.315 (R\$ 270.284 em 2012).
- Os gastos com reabilitação de tanques, cujas obras ainda não foram concluídas, foram contabilizados em "Reforma de tanques em andamento" no montante de R\$ 385.883 (R\$ 394.390 em 2012).
- O Plano de Inspeção Anual, elaborado pela Gerência Geral de Engenharia, atrelado ao PAN - Plano Anual de Negócio - estima gastos no montante de R\$ 500,1 milhões a serem capitalizados durante o exercício de 2014.

Ativos não circulantes mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2013 os navios Itamonte e Avaré estão apresentados como mantidos para venda de acordo com as aprovações da administração para a venda dos navios datadas de 27 de agosto de 2013 e 6 de dezembro de 2013. Espera-se que no decorrer de 2014 se conclua às transações de venda destes ativos.

	Valor contábil líquido
Navio Avaré.....	3.272
Navio Itamonte.....	11.952
Total de ativos não circulantes mantidos para venda.....	<u>15.224</u>

Redução ao valor recuperável - Impairment

A frota atual de navios da Transpetro é composta por 33 navios (31 Transpetro e 2 FIC-BV), que posteriormente serão somados aos 41 navios (PROMEF 1 e 2) e 20 comboios (PROMEF Hidrovia).

A Administração da Companhia avalia a cada fim de período se existem evidências de perda de recuperabilidade de seus ativos. Na elaboração do fluxo de caixa da frota de navios definida pela Companhia como unidade geradora de caixa, foram consideradas, basicamente, as seguintes premissas:

- Período projetivo: definido de acordo com a vida útil do navio que é de 25 anos, considerando o período em operação dos navios da Frota Atual, que tem vida útil menor, e a expectativa de início de operação dos demais.
- A taxa de desconto utilizada considerou os modelos de financiamento de cada Embarcação e a taxa WACC de 5,50%.
- Moeda: Dólares (US\$) em termos reais.
- Data-base: 31 de dezembro de 2013.
- Receita bruta: a receita foi projetada com base na taxa de frete diária, definida por contratos que são renovados anualmente com a Petrobras. Essa taxa varia de um navio para outro com base na capacidade de armazenamento e transporte.
- As docagens incluídas no fluxo estão de acordo com o Plano de Docagens estabelecido pela diretoria de transporte marítimo e para os navios não entregues ficam condicionados a data de entrada de operação dos navios.
- Deduções: PIS e COFINS à taxa de 9,25%.
- Custos e despesas: incluem custo de sobressalentes, tripulação, manutenção e encargos, sendo que considerados os custos atuais da Frota.
- Depreciação: os navios que irão entrar em operação (PROMEF Hidrovia e PROMEF 1 e 2) são depreciados considerando a vida útil de 20 anos.
- Os navios da Frota Atual foram depreciados considerando o saldo de imobilizado, a depreciação acumulada e a respectiva taxa de depreciação.
- A depreciação dos investimentos em manutenção (docagem) foi estimada pelo período de 2,5 anos.
- IRPJ e CSSL: calculado pelo regime de lucro real, considerando alíquota de 34% (IR e CS) aplicada ao lucro antes dos impostos.

A análise dos fluxos de caixa trazidos a valor presente, comparados com o valor contábil indicou que em relação aos ativos testados permanece a capacidade de geração de entradas de caixa provenientes de seu uso contínuo. Logo, nenhuma provisão para perda se fez necessária no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

Controladora	2013	2012
	Imposto de renda retido na fonte e imposto sobre incentivos (i).....	21.386
Imposto de renda retido na fonte - juros sobre capital próprio.....	29.290	-
ICMS a pagar.....	28.641	30.612
ISS a recolher.....	11.859	14.496
INSS a recolher.....	9.640	9.609
Contribuições trabalhistas a recolher.....	17.742	17.196
PASEP e COFINS a recolher.....	28.719	27.131
Outros.....	477	870
	<u>147.754</u>	<u>124.163</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2013 o saldo refere-se, principalmente: R\$ 16.305 (R\$ 14.591 em 2012) impostos de renda sobre folha de pagamento e R\$ 427 a impostos sobre incentivos fiscais em processo de aprovação (R\$ 6.512 em 2012).

Os impostos a recolher apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas incluem também a provisão de R\$ 1.076 relativa aos impostos sobre o lucro apurado pela controlada FIC BV durante o exercício de 2013 (R\$ 3.219 em 2012) e outros impostos no valor de R\$ 55.

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Transpetro é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e com base nos históricos referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

(a) Processos judiciais provisionados

	Controladora e consolidado			
	2013	Adições	Baixas	2012
Processos judiciais trabalhistas.....	15.155	4.674	(5.363)	15.844
Processos judiciais cíveis.....	1.029	774	(3.147)	3.402
Processos judiciais tributários.....	-	-	(2.598)	2.598
Total provisionado no passivo não circulante.....	<u>16.184</u>	<u>5.448</u>	<u>(11.108)</u>	<u>21.844</u>

	Controladora e consolidado			
	2012	Adições	Baixas	2011
Processos judiciais trabalhistas.....	15.844	7.101	(1.626)	10.369
Processos judiciais cíveis.....	3.402	468	(726)	3.660
Processos judiciais tributários.....	2.598	182	(378)	2.794
Total provisionado no passivo não circulante.....	<u>21.844</u>	<u>7.751</u>	<u>(2.730)</u>	<u>16.823</u>

(b) Processos judiciais não provisionados

Com base no levantamento dos processos judiciais e procedimentos administrativos da área jurídica da Transpetro, demonstramos a seguir o valor total dos processos judiciais com perdas possíveis não provisionadas.

Acões	2013	2012
Cíveis e ambientais.....	24.843	12.453
Trabalhistas e previdenciárias (i).....	123.563	61.683
Tributárias (ii).....	437.601	370.768
	<u>586.007</u>	<u>444.904</u>

Os objetos das causas mais relevantes classificadas como perda possível em dezembro de 2013 segregados por esfera estão informados abaixo:

(i) Trabalhistas

Objeto	Valor da causa	Quantidade de processos
Terceirização de funcionários.....	36.060	5 processos
Verbas rescisórias e trabalhistas.....	51.130	1.224 processos
Reparação de danos.....	11.016	73 processos
Demais ações.....	25.357	181 processos
	<u>123.563</u>	

(ii) Tributárias

- Processo nº 0511598-36.2011.4.02.5101 referente a ação de execução fiscal proposta pela Fazenda Nacional em razão dos créditos tributários relacionados às Declarações de Imposto de Renda nos exercícios de 2006 e 2008. A Administração da Companhia aguarda o julgamento dos embargos à execução interpostos por seus consultores jurídicos, que neste momento processual, classificam a probabilidade de perda decorrente deste processo como possível, tendo o Exequente atribuído à causa o valor de R\$ 106.811.
- Processos de execução fiscal impetrados pela Receita do Estado do Espírito Santo decorrentes da inscrição em dívida ativa de autuações efetuadas por aquele Estado sob a alegação da falta de escrituração dos livros de registro de inventário relativos aos exercícios de 2004 à 2008 dos terminais de Vitória, Norte Capixaba e Regência. A Administração da Companhia aguarda manifestação da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo acerca dos Embargos à Execução interpostos por seus consultores jurídicos, que neste momento processual, classificam a probabilidade de perda decorrente deste processo como possível, tendo o Exequente atribuído às causas os valores de R\$ 30.438, R\$ 30.203, R\$ 59.036, R\$ 40.022, R\$ 62.969 e R\$ 18.214, respectivamente.

(c) Depósitos Judiciais

	2013	2012
Cíveis e ambientais.....	27.332	9.847
Trabalhistas e previdenciárias.....	39.553	27.313
Tributárias.....	4.308	3.814
	<u>71.193</u>	<u>40.974</u>

16. PLANO DE PENSÃO E DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO A FUNCIONÁRIOS

A partir de dezembro de 2011, para garantir aos empregados da Transpetro uma renda de aposentadoria complementar, a Companhia, em parceria com a Fundação Petros, implementou o Plano Petros 2 (PP-2), na modalidade de contribuição mista. Neste caso os riscos são divididos entre Patrocinadora e empregado.

A parcela deste plano com característica de benefício definido refere-se a cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo com renda vitalícia. A parcela do plano com características de contribuição definida destina-se a formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2013, a quantidade de participantes total do plano é de 4.759 (4.691 ativos e 68 assistidos), e as contribuições efetuadas no exercício totalizaram R\$ 47.917 (R\$ 39.688 em 2012).

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia utilizou-se de avaliação atuarial para identificação do passivo atuarial a ser registrado. Entretanto, como a adesão foi em dezembro de 2011 e o cálculo também estava posicionado em dezembro, não houve serviço passado a ser provisionado, sendo a obrigação atuarial imaterial naquela data.

Devido a adesão dos participantes ao plano Petros 2 ter ocorrido preponderantemente em 2012, os impactos atuariais foram calculados para a data base 31 de dezembro de 2012 e registrados diretamente em contrapartida ao resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2013 a composição das obrigações líquidas registradas no balanço patrimonial monta em R\$ 47.632 (R\$ 29.230 em 2012) sendo a conciliação dos valores reconhecidos a seguinte:

	Consolidado	
	2013	2012
Valor presente das obrigações financiadas.....	69.240	42.832
Valor justo dos ativos do plano.....	(21.608)	(13.602)
Passivo atuarial líquido.....	<u>47.632</u>	<u>29.230</u>
	Consolidado	
	2013	2012
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado com Benefícios de planos de pensão (i)		
Custo do serviço corrente.....	32.585	-
Juros líquidos sobre o passivo líquido.....	6.062	-
Implementação do plano de benefícios.....	-	29.230
	<u>38.647</u>	<u>29.230</u>
Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente no exercício.....	55.833	-
Imposto de renda e contribuição social.....	(18.983)	-
Remensurações atuariais acumuladas reconhecidas no resultado abrangente, líquidas de efeitos tributários.....	<u>36.850</u>	<u>-</u>

(i) Em 2013, do total dos encargos registrados no resultado do exercício, R\$ 37.586 referem-se aos funcionários ativos e foram registrados no custo dos serviços prestados e R\$ 1.061 referem-se a parcela de inativos registradas em outras despesas.

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2013	2012
Em 1º de janeiro.....	42.832	-
Custo do serviço corrente.....	32.585	-
Custo financeiro.....	7.334	-
Remensurações atuariais.....	(45.482)	-
Benefícios pagos.....	(3.616)	-
Ajustes obrigação atuarial (Nota 2.1).....	35.587	-
Implementação dos benefícios.....	-	42.832
Em 31 de dezembro.....	<u>69.240</u>	<u>42.832</u>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	Consolidado	
	2013	2012
Em 1º de janeiro.....	13.602	-
Receita de juros sobre os ativos do plano.....	1.271	-
Remensurações atuariais.....	10.351	-
Implementação dos benefícios.....	-	13.602
Benefícios pagos.....	(3.616)	-
Em 31 de dezembro.....	<u>21.608</u>	<u>13.602</u>

As contribuições da parcela de benefício definido do Plano Petros 2 encontram-se suspensas conforme deliberação da administração do fundo de pensão.



Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

A Administração entende não haver exposição significativa ao risco de liquidez uma vez que a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades indica que os recursos existentes são suficientes para cumprir suas obrigações financeiras de curto e longo prazo junto a terceiros, na data de seus vencimentos.

28.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser assim sumarizados:

	Controladora	
	2013	2012
Total dos empréstimos (Nota 27)	2.225.547	1.430.076
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(774.583)	(457.009)
Dívida líquida	1.450.964	973.067
Total do patrimônio líquido	4.832.426	3.905.768
Total do capital	6.283.390	4.878.835
Índice de alavancagem financeira - %	23	20

	Consolidado	
	2013	2012
Total dos empréstimos (Nota 27)	2.225.547	1.430.076
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(1.136.884)	(634.425)
Dívida líquida	1.088.663	795.651
Total do patrimônio líquido	4.832.426	3.905.768
Total do capital	5.921.089	4.701.419
Índice de alavancagem financeira - %	18	17

28.3. Estimativa do valor justo

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 5 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo determinado com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O valor justo estimado para os empréstimos de longo prazo com o BNDES e o Banco do Brasil S.A., em 31 de dezembro de 2013, não difere significativamente de seu valor contábil. Conforme descrito na nota explicativa 28, estes empréstimos são considerados como empréstimos a valor de mercado, visto tratar-se de uma linha de crédito pública (embora específica ao segmento) e sem similaridade nacional no que se refere à disponibilidade de recursos. As taxas vigentes para contratação em 31 de dezembro de 2013 são as mesmas taxas contratadas pela Companhia para os empréstimos já existentes naquela data, de TJLP + 2,5% a.a.

A hierarquia dos valores justos dos ativos financeiros registrados como títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante, correspondente aos saldos mantidos no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados ("FIDC-NP") do Sistema Petrobras são classificados como de nível 2 por possuírem dados provenientes de mercado ativo (preço negociado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

28.4. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

As descrições dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial (e seus respectivos critérios de manuseio) em 31 de dezembro de 2013 estão identificadas a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

Para as aplicações financeiras, o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado dessas cotas em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Transações com partes relacionadas

Estes saldos estão classificados como recebíveis e passivo financeiro não mensurado ao valor justo e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, conforme IAS 39 e OCPC 3.

Contas a receber de clientes

Estes saldos estão classificados como recebíveis e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, conforme IAS 39 e OCPC 3.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER
Presidente

EDUARDO AUTRAN DE ALMEIDA JUNIOR
Conselheiro

JOSÉ CARLOS CONSENZA
Conselheiro

JOSÉ ALCIDES SANTORO MARTINS
Conselheiro

CARLOS AUGUSTO MULLER
Conselheiro

OLAVO NOLETO ALVES
Conselheiro

PAULO CESAR MARQUES - Contador CRC-RJ-27061-7

DIRETORIA EXECUTIVA

JOSÉ SERGIO DE OLIVEIRA MACHADO
Presidente

NILSON FERREIRA NUNES FILHO
Diretor

CLAUDIO RIBEIRO TEIXEIRA CAMPOS
Diretor

PAULO PENCHINA CORTINES FERREIRA
Diretor

RUBENS TEIXEIRA DA SILVA
Diretor

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas Petrobras Transporte S.A. - Transpetro

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Empréstimos e financiamentos

Estes saldos estão classificados como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, conforme IAS 39 e OCPC 3.

Fornecedores

Estes saldos estão classificados como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, conforme IAS 39 e OCPC 3.

28.5. Instrumentos financeiros por categoria

Consolidado

	2013		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
Ativos conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	1.136.884	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	43.048	-
Contas a receber de clientes e partes relacionadas, líquido ...	-	817.627	-
Demais ativos circulantes	-	64.986	-
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.225.547
Fornecedores	-	-	282.483
Dividendos	-	-	185.854
Demais contas e despesas a pagar	-	-	19.614

	2012		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
Ativos conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	457.009	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	52.068	-
Contas a receber de clientes e partes relacionadas, líquido ...	-	709.359	-
Demais ativos circulantes	-	39.690	-
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.430.076
Fornecedores	-	-	266.676
Dividendos	-	-	164.721
Demais contas e despesas a pagar	-	-	15.538

28.6. Análise de sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo do financiamento junto ao BNDES e Banco do Brasil S.A., atualizado pela TJLP que se manteve em aproximadamente 5,00% a.a. em 2013. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2013, os cenários possível e remoto consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, o que geraria um impacto negativo de aproximadamente R\$ 27.819 e R\$ 55.639 (R\$ 19.664 e R\$ 39.327 em 2012), respectivamente, considerando um possível aumento desta taxa.

29. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA

Conforme requerimento dos pronunciamentos contábeis aplicáveis às companhias abertas, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

30. GARANTIAS

A Companhia detém as seguintes cartas fiança em 31 de dezembro de 2013:

	Banco	Valor garantido
Execução Fiscal da Comarca de São Sebastião	Banco do Brasil	555.888
Execução Fiscal da Comarca de São Sebastião	Banco do Brasil	117.225
Execução Fiscal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro	Banco Itau	171.052

A Companhia mantém seguros garantia contratados em 31 de dezembro de 2013 no montante total assegurado de R\$ 334.996 para fazer face às suas demandas judiciais de natureza cível e trabalhista.

Adicionalmente 7 navios do Programa de Modernização da Frota (PROMEF) foram dados a título de garantia da dívida da Companhia junto às instituições financeiras.

PARECER DO CONSELHO FISCAL - 01/2014

O Conselho Fiscal da Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração de 2013, as Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e o Orçamento de Capital para 2014, no valor de R\$ 2.371.751 mil. O Conselho Fiscal examinou, também, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2013, no valor de R\$ 924.460 mil, conforme a seguir: 1. Reserva Legal - R\$ 46.223 mil; 2. Reserva de Incentivos Fiscais - R\$ 17.665 mil; 3. Reserva de Retenção de Lucros - R\$ 299.662 mil; 4. Dividendos - R\$ 560.910 mil, sendo R\$ 195.256 na forma de Juros Sobre Capital Próprio (JCP).

Em relação às Demonstrações Contábeis do exercício de 2012, aprovada pela Assembleia de Acionistas em 12 de abril de 2013, o Conselho Fiscal não vê óbice a que a Assembleia Geral Ordinária do ano de 2014 delibere sobre a

ratificação do valor complementar dos dividendos destinados ao acionista relativo ao exercício social de 2012, no montante de R\$ 41.336 mil, aumentando-o de R\$ 256.660 mil para R\$ 297.996 mil.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 21 de fevereiro de 2014, sem ressalvas, bem como nos trabalhos desempenhados pelo Conselho Fiscal e nas informações e esclarecimentos recebidos da administração no decorrer do exercício, o Colegiado opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas do ano de 2014.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2014.

SIDDHARTA PEREIRA PINTO

Presidente

PAULO JOSÉ ALVES

Conselheiro

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO

Conselheiro

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora
CRC 1RJ087128/O-0